

## MATOS, JÚLIO XAVIER DE (1856-1922)

Júlio Xavier de Matos, filho do conceituado jurista e publicista Marcelino de Matos e de D. Júlia Xavier de Matos, nasceu no Porto a 26 de janeiro de 1856. Formou-se em Medicina pela Escola Médico-Cirúrgica do Porto, tendo concluído o curso com a defesa de uma dissertação inaugural intitulada *Patogenia das alucinações* (1880). A sua tese inspirava-se no cientismo de tipo positivista-evolucionista (Comte, Littré, Darwin, Spencer, Maudsley), que o autor cultivava desde 1877, sob a influente orientação de Teófilo Braga. Em 1880, Júlio de Matos já tinha publicado mais de trinta títulos (artigos, recensões, notícias científicas) em várias revistas como *A Renascença* (Porto), *Era Nova* (Lisboa) e, sobretudo, *O Positivismo, Revista de Filosofia* (Porto), que dirigiu com Teófilo Braga de 1878 a 1882, tendo sido publicados quatro volumes, num total de cerca de duas mil páginas. De 1880 a 1882, Júlio de Matos publica mais de quinze títulos na revista *O Positivismo*, dois estudos no *Plutarco Português* (Porto) sobre José Correia da Serra e José Félix Henriques Nogueira e dois livros: *A última reforma da instrução secundária*, Porto, 1881; *História Natural Ilustrada*, Porto (1880-1882), seis volumes ilustrados com um total de 3382 páginas. Em 1883, Júlio de Matos inicia a sua atividade clínica como médico adjunto no Hospital do Conde de Ferreira (Porto), uma instituição manicomial que, sob a direção do Prof. António Maria de Sena, entrara em funcionamento a 24 de março de 1883. No período compreendido entre 1883 e 1890, a par da clínica e, além da publicação de artigos diversos, tão decisivos como os de Teófilo Braga para a estruturação da ideologia republicana, Júlio de Matos dá à estampa o primeiro tratado de psiquiatria em língua portuguesa, *Manual das Doenças Mentais*, Porto, 1884, seguido de outros trabalhos como *A Loucura. Estudos Clínicos e Médico-Legais*, 1889, cuja primeira edição foi traduzida para italiano pelo médico e criminalista César Lombroso (1836-1909). Na sequência do falecimento do Prof. Sena em 1890, Júlio de Matos assumiu a direção clínica do Hospital do Conde de Ferreira, tendo sido definitivamente provido nesse lugar em 1892, onde se manteve até 25 de setembro de 1911. Desde 1899 até 1911, exerceu também o cargo de médico alienista do Conselho Médico-Legal do Porto. A convite do Conselho da Escola Médico-Cirúrgica do Porto e após uma viagem de estudo a França, Júlio de Matos regeu cursos de psiquiatria e neurologia nos primeiros semestres dos anos letivos de 1909-1910 e de 1910-1911. Entretanto, por sua iniciativa, ministrava cursos livres de psiquiatria no Hospital do Conde de Ferreira, desde 1890. No período compreendido entre 1890 e 1911, a obra escrita de Júlio de Matos atingiu o seu ponto mais alto, quer no domínio da psiquiatria, quer na esfera da sua militância político-cultural. Desta época datam, entre outras, as obras *A Paranóia* (1898); *Os alienados nos tribunais*, 3 volumes (1902; 1903; 1907) e *Elementos de Psiquiatria* (1911). Por outro lado, o seu cientismo sociológico, marcado pelo darwinismo individualista (Spencer, Garofalo), distanciou-se pacificamente da linha democrática teofiliana e ganhou uma textura elitista nos longos prefácios que antepôs à tradução da sua autoria das obras de R. Garofalo, *Criminologia* (1.ª ed., 1893; 2.ª ed., 1908; 3.ª ed., 1916) e *A superstição socialista* (1904), e de H. Spencer, *Da liberdade à escravidão* (1904). Em 1911, no quadro de elevação da Escola Médico-Cirúrgica a Faculdade de Medicina, Júlio de Matos é nomeado professor da cadeira de Psiquiatria

no Porto (decreto de 10 de maio de 1911). Entretanto, na sequência da trágica morte (3 de outubro de 1910) de Miguel Bombarda, diretor do Hospital de Rilhafoles em Lisboa, o governo provisório da República convidou Júlio de Matos a preencher o lugar deixado vago pelo seu colega e correligionário republicano. O convite, inicialmente declinado, acabou por ser aceite e, no verão de 1911, Júlio de Matos foi nomeado médico-diretor de Rilhafoles, que passou a designar-se Hospital Miguel Bombarda. Simultaneamente, foi transferido da Faculdade de Medicina do Porto para a Faculdade de Medicina de Lisboa, visto que o lugar de professor de Psiquiatria era, por lei, adstrito ao cargo de diretor do manicómio. Data ainda de 1911, a sua nomeação para o cargo de médico alienista do Conselho Médico-Legal de Lisboa. Foi na capital que Júlio de Matos viveu os últimos onze anos da sua vida, dedicando-se ao ensino da Psiquiatria, à clínica psiquiátrica no referido hospital, às peritagens de psiquiatria forense, à atualização e reedição de alguns dos seus tratados como *A loucura* (2.ª ed., 1914) e *Elementos de Psiquiatria* (2.ª ed., 1923) e, sobretudo, empenhando toda a sua tenacidade no cumprimento da avançada lei sobre assistência psiquiátrica cujo projeto elaborou (decreto de 11 de maio de 1911). A melhor parte da sua energia fora, então, consumida na resolução de problemas de todo o género que impediam a edificação da Clínica Psiquiátrica da Universidade de Lisboa (atual Hospital Júlio de Matos), instituição prevista no brilhante decreto de 11 de maio de 1911 e cuja construção, iniciada em 1914, apenas seria parcialmente concluída em 1942. Júlio de Matos pertencia à Academia das Ciências de Lisboa, à Sociedade Médico-Psicológica e à Sociedade Clínica de Medicina Mental de Paris, à Sociedade de Medicina e Cirurgia de S. Paulo, à Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa e à Associação Médica Lusitana do Porto. Foi, desde 1911, membro eleito do Conselho Superior de Instrução Pública, representando as Faculdades de Medicina, e de 1911 a 1914 exerceu o cargo de reitor da Universidade de Lisboa.

Júlio de Matos morreu com 66 anos, em 12 de abril de 1922, vítima de tuberculose pulmonar. Morreu dececionado com a máquina administrativa do estado republicano, com o comportamento político do operariado e com os ideais dos jovens da Renascença Portuguesa, conforme se lê nas suas cartas manuscritas (mais de 300 cartas e cartões) dirigidas a Marcelino de Matos, entre 1911 e 1922 (Museu Maximiano Lemos – Porto). O pai da psiquiatria portuguesa conservou-se sempre fiel aos traços fundamentais do cientismo teofiliano, mas não possuía a inteligência política do mestre, não acreditava no bom senso das massas populares e daí o seu radicalismo elitista. Por outro lado, reconhecia a grandeza literária da obra martiniana, mas manteve-se inflexivelmente crítico das tendências metafísicas que Oliveira Martins partilhava com Antero de Quental. O nome de Júlio de Matos figura entre os principais obreiros do Partido Republicano no Porto e, sobretudo, da mundividência republicana.

Contrariamente a Teófilo Braga, o seu condiscípulo republicano, Júlio de Matos, subordinou a disciplina mental positivista ao darwinismo psicossocial de Herbert Spencer, tendo mesmo resvalado para o selecionismo conflitualista. No entanto, Júlio de Matos não se limitou a reproduzir a sistemática cientista do engenheiro-filósofo inglês, antes construiu o modelo mais apurado e completo de uma leitura ultrasselecionista da conflitualidade social e das divergências ideológicas características das sociedades demoliberais. Conhecedor direto da obra do naturalista

inglês, Júlio de Matos, desde a juventude, assumiu-se como um darwiniano no domínio da biologia e da história natural e como um darwinista individualista-elitista no terreno da engenharia social. Na base desta orientação, o médico portuense combateu, em bloco, os ideários socialista, comunista e anarquista, lendo nos seus valores o propósito comum de *falsificação* da concorrência vital. Na verdade, à luz do determinismo biológico, Matos defendia que os mais aptos, «*the fittest*», seriam sacrificados nos regimes sociais fundados na soberania popular, na política fiscal e assistencial protetora dos «fracos», e noutras medidas contrárias à suposta ordem natural do triunfo dos mais dotados. Na perspetiva matosiana, os ideários socialista e congéneres não respeitavam o princípio científico da desigualdade inata ou congénita, biológica e social entre os indivíduos, resultante da hereditariedade e do meio; em suma, faziam tábua rasa do *pedigree* na concorrência social. O combate socialista pela igualdade, mesmo confinado à igualdade de condições sociais era incompreensível para Júlio de Matos, pois entendia que não era possível nivelar aquilo que, à partida, e no decurso da evolução, se afirmava constitucionalmente desigual, em virtude das leis da hereditariedade biológica (carateres inatos) e da hereditariedade social (a propriedade e outros *bens*). Com efeito, na ótica do autor, a *desigualdade* natural incluía as vantagens ou as desvantagens mesológicas (económicas, culturais, éticas, sociais, etc.) herdadas pelo indivíduo e, por isso, a propriedade fazia parte da desigualdade biológica. Afirmando o caráter científico-darwinista do liberalismo concorrencial, Júlio de Matos rebatia a pretensão dos ideários socialista e congéneres de legitimarem darwinisticamente a identificação dos mais aptos com a classe operária. Segundo a leitura que Matos fazia de Darwin, o critério de aptidão bio-social não residia na superioridade numérica e, por isso, também não atribuía à vontade do maior número o estatuto de critério político científico. O zénite do darwinismo matosiano é atingido com a patologização das ideias socialista e congéneres e dos seus protagonistas. No quadro do evolucionismo psicológico de matriz darwiniana, Júlio de Matos opera a distinção entre normalidade psicológica e desvio psicopatológico, sendo este entendido enquanto *involução*, *retorno atávico* ou *anacronismo*. Assim, as ideias que não se coadunavam com o estágio evolutivo (mental, afetivo e moral) da sociedade do tempo, a caminho da máxima heterogeneidade, só podiam ser contemporâneas de épocas passadas. Nessa medida, eram consideradas patológicas e o seu grau de morbidez era tanto mais profundo quanto mais remota fosse a época mental e afetiva que elas representavam anacronicamente. Por exemplo, o valor da igualdade era uma «ressurreição atávica» dos tempos pré-históricos da indiferenciação social. Do mesmo modo, a pretensão de transformar a sociedade pela violência revolucionária equivalia à reedição de uma forma anacrónica de luta – *a força*. Outrora, a força tinha sido o critério de governação nas sociedades pré-históricas e continuava a vigorar nas mais primitivas sociedades humanas selvagens, bem como nas sociedades de quadrumanos. Anacronismo afetivo e mental era também a ideia de que a classe operária era perseguida e explorada pelo capital. Para Júlio de Matos, a ideia de perseguição fora *normal* nos tempos em que a luta pela vida não estava regulamentada juridicamente, porque nesses tempos remotos a perseguição era um *facto* muito real e concreto. Mas, nas sociedades liberais industrialistas, tal sentimento-ideia não tinha qualquer referente real e, portanto, não passava

de um sintoma de uma ideação patológica. A patologização do socialismo e ideários congêneres conduziu à afirmação da sua *perigosidade civilizacional* e da necessidade de os combater, em nome da evolução e do seu mecanismo darwiniano: a seleção natural dos mais favorecidos na luta pela vida. A leitura matosiana dos referidos ideários era, em última análise, legitimada pela posição que a psicologia ocupava na arquitetura positivista do saber. Situada entre a biologia (filogenética e ontogenética) e a sociologia, a psicologia evolucionista autorizava a equivalência entre o utópico e o alucinatório. Adotando o «princípio da continuidade doutrinal» entre a biologia, a psicologia e a sociologia (Comte e Spencer), e perfilhando uma leitura antropogénica da mente normal e patológica (Ernst Haeckel), Júlio de Matos renovou o conteúdo do modelo comtiano de cientismo. Comte transitava da biologia *fixista* e essencialista para a sociologia, através da fisiologia cerebral (Gall), caucionando, deste modo, a precisão *sociocrática* do futuro da humanidade. Júlio de Matos transita da biologia *transformista* para a sociologia, através da psicologia *evolucionista* e, assim, funda a previsão sociológica do endurecimento da luta pela vida, da competição mental, da seleção dos mais qualificados e da afirmação progressiva das desigualdades interindividuais. Apesar da sua unidade e coerência, o darwinismo bio-psico-social matosiano não foi assumido, explicitamente, pelos seus correligionários, como uma tendência ideológica marcante do republicanismo português na aurora do século XX. Talvez a tendência mais consensual se situasse entre o extremo ultraliberal de Júlio de Matos e o extremo pró-socialista de Miguel Bombarda que defendeu, com todo o vigor da sua palavra oral e escrita, a higidez mental do ideário socialista e mesmo do inconformismo revolucionário anarquista, de acordo com a sua orientação biológica neolamarckiana. Esta, afirmando o primado do *meio*, legitimava a interpretação da questão social, enquanto questão de *meio* social e não (como defendia Júlio de Matos no extremo oposto) enquanto problema de raiz bio-antropológica.

**Bibliografia:** PEREIRA, Ana Leonor, «Júlio de Matos: a ciência e a política», in *Psiquiatria Clínica*, 4:1, 1983, p. 49-56; PEREIRA, Ana Leonor, «A institucionalização da loucura em Portugal», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 21, 1986, p. 85-100; PEREIRA, Ana Leonor, *Darwin em Portugal. Filosofia. História. Engenharia Social (1865-1914)*, Coimbra, Almedina, 2001.

[Ana Leonor Pereira]

## MEDEIROS, MANUEL GOULART DE (1861-1947)

Nasceu na cidade da Horta, a 24 de março de 1861, e morreu em Lisboa, a 18 de fevereiro de 1947. Era filho do médico Manuel Francisco de Medeiros Jr., chefe distrital do Partido Progressista e de D. Maria Alexandrina Goulart. Casou em Angra do Heroísmo, com D. Filomena Augusta Braga. Estudou no liceu da sua cidade natal e em Lisboa, onde frequentou a Escola Politécnica. Assentou praça em 1880, matriculou-se na Escola do Exército completando o curso da arma de artilharia.

Na sua carreira de oficial do Exército, foi sucessivamente promovido, a alferes, em 1883; tenente, em 1885; capitão, em 1892; major, em 1909; coronel, em 1913.

*coleção* PARLAMENTO

DICIONÁRIO DE  
HISTÓRIA DA  
I REPÚBLICA E DO  
REPUBLICANISMO  
VOLUME II: F-M



## FICHA TÉCNICA

Título Dicionário de História da I República e do Republicanismo. Volume II – F-M

### Coordenação científica

Ana Paula Pires (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa)

Carlos Cordeiro (Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores)

David Luna de Carvalho (Centro de Estudos de História Contemporânea do ISCTE)

Ernesto Castro Leal (Centro de História da Universidade de Lisboa)

Hélder Adegar Fonseca (NICPRI – Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais)

Manuel Loff (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa e Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Maria Fernanda Rollo (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa)

Paulo Fontes (Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa)

Rui Ramos (Instituto de Ciências Sociais)

Vitor Neto (Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra)

### Coordenação geral

Maria Fernanda Rollo (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa)

### Edição Assembleia da República – Divisão de Edições

Revisão e índices Assembleia da República – Divisão de Edições (Conceição Garvão, Fernando Sequeira,

Maria da Luz Dias, Noémia Bernardo, Paula Crespo, Susana Oliveira, Teresa Fonseca)

Capa e design Nuno Timóteo

Paginação e pré-impressão Texttype e Ana Rita Charola

Impressão Rainho & Neves, Lda

Tiragem 600 exemplares

ISBN 978-972-556-556-8 (obra completa)

ISBN 978-972-556-558-2 (volume II)

Depósito legal 366 586/13

Lisboa, abril 2014

© Assembleia da República

Direitos reservados nos termos do artigo 52.º da lei n.º 28/2008, de 30 de julho.

[www.parlamento.pt](http://www.parlamento.pt)

## ÍNDICE GERAL

Introdução .....	7
Textos (F-M) .....	11
Índices .....	1115
Índice de textos.....	1117
Índice de autores.....	1123
Índice de entidades .....	1127
Índice de publicações periódicas .....	1143
Índice geográfico .....	1153
Índice onomástico .....	1159